

A “fala que narra” e a “fala que demonstra”: os Arquivos de História Oral e o seu valor na construção das memórias e das identidades sociais

Maria Cristina Vieira de Freitas¹

¹ ORCID 0000-0002-8849-8792, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20, cristina.freitas@fl.uc.pt

Resumo:

Sociedades historicamente datadas experienciam as suas memórias coletivas ora guiadas pelos mitos ora conduzidas pela razão. Traduzido como a “fala que narra”, o termo *mythos* designa a forma como a consciência do eu, do outro e do mundo se expressam, tendo como meio a oralidade. O “*logos*” significa a “fala que demonstra”, que descreve e que se baseia numa visão analítica, supostamente destituída de processos emocionais (Cunha, 1992). A textualidade proporcionada pela escrita fixa e retém a palavra num suporte e impõe padrões de comunicação e de expressão que *a priori* não se coadunam com os que se observam ser próprios da oralidade. De meio para o ensino (*docere*=ensinar), o documento transforma-se em recurso para a recordação (*monere*=recordar), com repercussões na constituição dos “monumentos de lembrança” (*e.g.*, museus, bibliotecas e arquivos nacionais) (Le Goff, 1984). A memória construída nessas “sociedades da escrita”, num primeiro momento, é “sequestrada” do espaço público e social e mantida em lugares destinados à sua preservação (De Decca, 1992; Nora, 1993). Paralelamente, no processo de construção dessas identidades sociais relevam as relações de poder, produtos das divergências entre grupos “incluídos” e “excluídos” (Castells, 1999). No contexto arquivístico internacional atual, no entanto, verifica-se como tendência a valorização da memória coletiva e do papel das comunidades no desenvolvimento de coleções que revelem identidades sociais locais (Freitas & Silva, 2016). Esse pluralismo compreende-se à luz do respeito pelo direito à diversidade, manifesto na valorização das várias identidades que compõem o tecido social (Castells, 1999; Morin, 1996). Este estudo assenta-se, teoricamente, nesses pressupostos. Do ponto de vista metodológico, a abordagem é qualitativa, com características exploratórias, descritivas e prescritivas. No seu desenvolvimento, identificam-se e caracterizam-se iniciativas de constituição de Arquivos de História Oral, tendo como foco a organização e a representação da informação. Recorre-se a fontes bibliográficas e documentais. No primeiro caso, atenta-se para a literatura científica produzida por especialistas incontornáveis nessas matérias. No segundo, identifica-se um conjunto manejável de instituições localizadas em alguns países, por meio da consulta dos seus sítios *Web* oficiais. Estas instituições tipificam os casos estudados e são caracterizadas, essencialmente, em aspetos tangíveis da organização e da representação da informação. Para o efeito, produz-se um quadro, para o qual são vertidos os seguintes dados: objetivos; normas; tecnologias; tipologias; suportes e/ou formatos; métodos; políticas. Como desdobramento lógico, são discutidos aspetos relacionados com a difusão e o acesso à informação. Os principais resultados apontam para a existência de estratégias variáveis de organização e de representação da informação. Dita variedade se observa também no enfoque por países. A construção e a preservação da memória e do património coletivo e social são aspetos reconhecidos como enformadores e como justificação suficiente para a existência dessas iniciativas em alguns dos casos analisados. A difusão e o acesso à informação ditam também a tónica dessas

iniciativas. Refira-se, como conclusão, que o mapeamento realizado suporta as recomendações e a identificação de linhas de investigações futuras. Pelas suas características, este estudo limita-se a um conjunto restrito de casos, sugerindo-se o seu alargamento.

Palavras-chave: História oral; arquivos audiovisuais; organização da informação; representação da informação.